Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, NO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2018

N.º 01/2018

MESA DA ASSEMBLEIA: ----------

----- Presidente - José Alberto Moreira Araújo, 1.º Secretário – Rosa Martins Cardoso, 2.º Secretário – António Júlio Alves Fernandes. ----------

PRESENÇAS: ----------

----- Deputados Municipais Eleitos pelo PS: ----------

----- José Emílio Esteves da Silva, José Fernando Fraga Granja, Paula Cristina Morais Guedes Borges, Cesário Pinto Canário, Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio, Inês Nogueira Rebelo, Manuel António Esteves Rebelo, João dos Santos Silva, António Paulo Monteiro Pinto Conceição, António Júlio da Costa Almeida, Fernando Borges Moreira, Gil Carlos Lourenço Teixeira. ----------

----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista "Fazer Mais Pela Nossa Terra": ----------

----- Fernando José Mourão Gonçalves. ----------

----- Deputados Municipais Eleitos pela Lista "Por Medrões Sempre": ----------

----- José Paulo Barreira da Mota. ----------

----- Deputados Municipais Eleitos pelo PPD/PSD: ----------

----- Paulo Sérgio de Sousa Prior, Eugénio da Conceição Borges Rocha, Ivete Nogueira Moreiras, Jóni André Borges Madureira. ----------

----- Deputada Municipal Eleita pelo CDS/PP: ----------

----- Ana Paula Borges Gouveia. ----------

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. ----------

AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS: Não houve. ----------

PRESENÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara, Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Urbano Salgueiro Vidal e Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereadores e António Augusto Amaral Sequeira, Chefe da Divisão Administrativa Financeira e de Recursos Humanos. ----------

SECRETARIOU: Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. ----------

HORA DE ABERTURA: 18:00 HORAS. ----------

----- **ATA DA REUNÃO ANTERIOR:** Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da respetiva reunião.----------

----- **1 – PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA":** ----------

----- **1.1 -** Apreciação e votação da Ata da sessão anterior. ----------

----- **1.2 -** Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos. --

----- **1.3 -** Assuntos de interesse para o Município. ----------

----- **2 – PERÍODO DA "ORDEM DO DIA":** ----------

----- **2.1 -** Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); ----------

----- **2.2** – Aprovar o projeto de revisão do regimento da Assembleia Municipal (alínea a), n.º 1, artigo 26.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); ----------

----- **2.3 -** Deliberação sobre a adesão do Município como associado da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago (alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara municipal de 16 de janeiro de 2018); ----------

----- **2.4 -** Discutir o Relatório de Avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição (alínea h), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2018); ----------

----- **2.5 -** Deliberar sobre a integração do Município, como membro fundador, na Associação CEPAD – Centro de Estudo e Promoção do Azeite do douro (alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2018); ----------

----- **2.6 -** Deliberar sobre a 1.ª revisão do Plano Plurianual de Investimentos – 2018 (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2018); ----------

----- **2.7 -** Deliberar sobre a alteração ao Mapa de Pessoal 2018 (alínea o), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a (alínea a) do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e o n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2018); ----------

----- **2.8 -** Deliberar sobre formas de apoios pontuais à Freguesia de Fontes, (alínea j), n.º1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 20 de fevereiro de 2018); ----------

----- **3 – PERÍODO DE "INTERVENÇÃO DO PÚBLICO"** ----------

----- **ABERTURA DA SESSÃO** ----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu início à sessão, cumprimentou os Senhores Membros da Assembleia, o Executivo Municipal, e, ao público presente agradeceu a disponibilidade, por assistirem a mais uma Sessão da Assembleia Municipal. ----------

----- Seguidamente foi feito o registo das presenças, não se verificando quaisquer ausências.

----- Após a verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. ----------

----- 1 – PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" ----------

----- 1.1 – Apreciação e votação da Ata da Sessão anterior. ----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia solicitou a concordância do Plenário para dispensa da leitura da Ata da Sessão realizada no dia sete de dezembro, de dois mil e dezassete, uma vez que a mesma foi distribuída com antecedência a todos os membros. ----------

----- Seguidamente, a referida Ata foi colocada a discussão, não havendo pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação. ----------

----- DELIBERAÇÃO: Aprovada, por maioria, com a abstenção dos Deputados Municipais, Paulo Sérgio de Sousa Prior, Jóni André Borges Madureira (PPD/PSD) e Manuel António Esteves Rebelo (PS), por não estarem presentes na última Sessão. ----

----- 1.2 – Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos.--

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos Senhores Deputados Municipais da correspondência recebida e remetida para os Senhores deputados, por correio eletrónico. ----------

----- 1.3 – Assuntos de interesse para o Município. ----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia recordou o seu antecessor, recentemente falecido, o Senhor Inspetor Guilhermino Manuel Figueiredo dos Reis, uma figura incontornável do Concelho de Santa Marta de Penaguião, um profissional empenhado essencialmente na educação onde desempenhou com brio a sua atividade inspetiva, uma personalidade dedicada à causa pública na promoção cultural do Concelho, com quem teve a oportunidade de adquirir alguns dos ensinamentos relativo à Assembleia Municipal. ----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrição para intervenção dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, solicitando o uso da palavra o Senhor Deputado Fernando José Mourão Gonçalves que depois de cumprimentar os presentes, apresentou em nome dos Grupos de Cidadãos "Fazer Mais Pela Nossa Terra",

"Por Medrões Sempre" e da Bancada do Partido Socialista, um **Voto de Pesar** pelo falecimento do Excelentíssimo Senhor Inspetor Guilhermino Manuel Figueiredo dos Reis, que a seguir se transcreve: ----------

----- *"Ficamos sempre tristes com a partida de pessoas conhecidas.* ----------

----- *Ficamos mais pobres quando essas pessoas contribuíram de forma inequívoca para o mundo que nos rodeia.* ----------

----- *Guilhermino Manuel Figueiredo dos Reis, ou Inspetor Reis como era conhecido, foi Vereador da Câmara Municipal de janeiro de 1990 a dezembro de 1993 e de janeiro de 1994 a dezembro de 1997 (dois mandatos) e Presidente da Assembleia Municipal (três mandatos), de 1998 a 2001, de 2001 a 2005 e de 2009 a 2013.* ----------

----- *Brindou-nos sempre com uma postura cordial e serena, uma presença discreta mas afável.* ----------

----- *Exercendo as suas funções com correção e hombridade.* ----------

----- *Mas não só na política, como no associativismo, este senhor marcou presença.* ----------

----- *Foi um dos fundadores da Associação de Paralisia Cerebral de Vila Real, fazendo parte da Direção durante vários anos.* ----------

----- *Foi membro da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Marta de Penaguião.* ----------

----- *Esteve na origem daquela que é hoje a Associação Cultural e Desportiva da Cumieira, fez parte do grupo de teatro e fez parte da Direção do Sporting Clube da Cumieira.* ----------

----- *Gostava de abril porque se dizia um fã da liberdade de expressão.* ----------

----- *Propomos assim um Voto de Pesar pelo nosso saudoso colega."* ----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais, usando da palavra o Senhor Deputado Jóni Madureira, referindo que a Bancada do Grupo Municipal do PPD/PSD acompanha a proposta do Voto de

Pesar, pelo falecimento do Excelentíssimo Senhor Inspetor Guilhermino Manuel Figueiredo dos Reis. ----------

----- Seguidamente, foi o Voto de Pesar submetido a votação. ----------

----- DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade. ----------

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Eugénio Rocha, após cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa e os demais elementos, o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e público em geral, apresentou a sequente proposta que a seguir se transcreve: ----------

----- *"Proposta:* ----------

----- *Exposição fotográfica dos rostos dos ex-presidentes da Câmara e ex-presidentes da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião, com menção do nome completo e do período em que exerceu o mandato.* ----------

----- *Existindo um historial de valores assumidos por diversos membros que ao longo do tempo tiveram um papel e uma função preponderante nos Órgãos Municipais, de bom agrado e para que se possa perpetuar na História do nosso Concelho, o Grupo Municipal do PSD vem propor uma galeria de fotografias permanente com os rostos de todos os Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião, com menção do nome e do período em que exerceu o mandato desde a implantação da República, alusiva e com a representatividade condigna de cada representante máximo, que muito e tudo fizeram como parte integrante desta edilidade.* ----------

----- *A valorização de um espaço como o Salão Nobre dos Paços do Concelho será o local ideal, que requer também qualidade e nada melhor do que recordar, prevalecendo na memória de todos o símbolo do Município, por quem tanto honrou e dignificou quer internamente quer para o exterior, cujos valores pessoais e materiais sempre foram uma MARCA deste concelho na procura do melhor. No fazer e no saber das suas gentes.* ----------

----- *Dignificar e valorizar o nosso concelho, o CONCELHO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO, não é nem nunca será demais.* ----------

----- *Deste modo, reiteramos a apresentação desta proposta na expectativa da concordância de todos quantos se identificam com esta Instituição.* ----------

----- *Trata-se de um sentimento justo e com todo o mérito que lhe é atribuído."* ----------

----- Seguidamente, a proposta foi submetida a votação. ----------

----- DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade. ----------

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Jóni Madureira, que depois de cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e os restantes elementos da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o público em geral, disse o seguinte: ----------

----- *"O Grupo Municipal do PPD/PSD, vem por este meio recomendar ao Senhor Presidente da Mesa, que caso se promova a Sessão Solene comemorativa do 25 de abril, à semelhança do que ocorreu no mandato anterior, seja dada a palavra a todos os partidos que se apresentaram nas eleições autárquicas no passado dia 01 de outubro, relembrando que seria um gesto promotor de pluralismo e de cidadania ativa que engrandece a democracia."* --------

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Júlio Almeida, que após cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, restantes elementos da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o público em geral, apresentou um **Voto de Pesar**: ----------

----- *"Voto de Pesar:* ----------

----- *É com profundo pesar que o Grupo Municipal do Partido Socialista em conjunto com os Grupos de Cidadãos "Fazer Mais Pela Nossa Terra" e "Por Medrões Sempre", transmite as condolências às famílias e amigos das vítimas que perderam a vida na tragédia que assolou*

o Município de Tondela e, nomeadamente, a população de Vale da Rainha, tendo provocado a perda irreparável de vidas humanas. ----------

----- *Assim e em função do exposto, propomos:* ----------

----- *1 - Que a Assembleia Municipal aprove um Voto de Pesar pelas vítimas mortais.* ----------

----- *2 - Que do mesmo Voto de Pesar seja dado conhecimento aos Senhores Presidente da Câmara e da Assembleia Municipal de Tondela, ao Senhor Presidente da União das Freguesias Mouraz e Vila Nova da Rainha e ao Senhor Presidente da Direção da Associação Cultural, Recreativa e Humanitária de Vila Nova da Rainha".* ----------

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos, foi o Voto de Pesar submetido a votação. ----------

----- DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade. ----------

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Cesário Canário, que depois de cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, restantes elementos da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o público presente, agradeceu a intervenção e o reconhecimento do Senhor Presidente da Assembleia em memória do Senhor Inspetor Guilhermino Manuel Figueiredo dos Reis, acrescentando que para além de político foi também um grande professor. Agradeceu também as palavras do Senhor Presidente da Junta da Cumieira e do Senhor Deputado Eugénio Rocha, pela atenção e o cuidado que tiveram em recordá-lo. Realçou a grande amizade que tiveram durante toda as suas vidas desde a época em que foi seu professor, lamentando o seu falecimento. --------

----- Seguidamente referiu alguns dos acontecimentos ocorridos no Concelho de Santa Marta de Penaguião desde a última Assembleia Municipal, o "Almoço de Natal" em que participou, enaltecendo a escolha do local e o ambiente agradável proporcionados, os "Cantares das

Janeiras" que definiu como um bonito momento de cultura e muita afluência de público, e, a "Noite de Fados" onde também teve o gosto de participar. ----------

----- O Senhor Deputado Cesário Canário na qualidade de associado da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes, endereçou os maiores sucessos à nova Direção, fazendo votos para que tudo corra bem. Aproveitou, ainda, para lembrar a aproximação do quinquagésimo segundo aniversário daquela Associação, e solicitou ao Senhor Presidente da Câmara a realização de obras junto à entrada onde se realiza a "Parada" dos Bombeiros, até ao próximo dia 9 de março, dando a dignidade que aquele espaço merece. ----------

----- Por último, expôs a situação do "Cruzeiro", situação já discutida anteriormente em Assembleia e assumida pelo Senhor Presidente da Câmara, contudo, o Senhor ex-Presidente da Junta de Freguesia de Fontes, antecipou-se colocando lá um placar com um projeto de requalificação daquele "Cruzeiro", mas que nunca foi cumprido, pelo que solicitou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara. ----------

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrado o período de "Antes da Ordem do Dia", passando ao período seguinte. ----------

----- 2 – PERÍODO DA "ORDEM DO DIA": ----------

----- 2.1 – Informação do Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). ----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate e discussão a quem desejasse intervir. Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, que disse o seguinte: ----------

----- *"No seguimento da intervenção que foi feita pelo Senhor Deputado Cesário, que lembrou algumas iniciativas que ocorreram após a última Assembleia, mas esqueceu-se de referir a*

mais relevante de todas, embora não seja uma competência da Câmara. Um investimento privado que é a nova construção do Hotel Colina do Pinho em Paredes de Arcã, um investimento com capital estrangeiro e que o nosso Concelho necessita com bastante urgência, não para evitar a desertificação porque ela vai sempre ocorrer enquanto não houver políticas com desígnio nacional para o interior, mas pelo menos para estancar e criar postos de trabalho, alguns deles qualificados. Esse sim, foi o grande acontecimento segundo o Grupo Municipal do PPD/PSD que ocorreu nesse período. ----------

----- *Numa informação do Senhor Presidente da Câmara, relativamente à Freguesia de Fontes, para a obra no lugar da Carreira foram adquiridas duas habitações, posteriormente demolidas, depois parou e, já está parada, aproximadamente, há seis meses, e o Grupo Municipal do PPD/PSD queria saber a previsão para o reinício das obras e sua conclusão, porque é uma obra muito ansiada pela população de Fontes."* ----------

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, os Senhores Membros da Assembleia, colegas do Executivo e público presente. ----------

----- Quanto à proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD, para criar uma galeria de exposição fotográfica dos rostos dos ex-Presidentes de Câmara e ex-Presidentes da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara confirmou ser um hábito da grande maioria dos Municípios, no entanto, a Câmara já tem planeado obras de intervenção no Salão Nobre, e, assim que a candidatura à eficiência energética avance terá muito gosto em cumprir a proposta. ----------

----- Relativamente ao "Hotel Colina do Pinho" o Senhor Presidente da Câmara congratulou-se com mais um investimento realizado em Santa Marta de Penaguião, e que apesar de não ser o primeiro, augura que não seja o último, no entanto afirma que é preciso coragem para um investidor francês, após procurar em toda a região Douro, decidir investir em Santa Marta e comprar uma quinta, o que corrobora as suas palavras quando afirma que, "somos dos

melhores Municípios da região demarcada do Douro para se investir". Lembrou também o investimento do hotel na Cumieira, e do impacto que terão todos estes investimentos, nomeadamente na criação de emprego e dinâmica económica, agradecendo o reconhecimento do Grupo Municipal do PPD/PSD ao destacar este como sendo o acontecimento mais relevante. ----------

----- Em relação às propostas do Senhor Deputado Cesário Canário, o Senhor Presidente da Câmara transmitiu que o compromisso com as duas Associações de Bombeiros é fazer investimentos intercalados, ano sim, ano não, para melhorar as condições e se for essa a vontade da Direção e do Corpo do Comando, dia 9 de março será dada essa prenda. Quanto ao "Cruzeiro", lamenta que tenha sido descurado pela anterior Junta de Freguesia de Fontes, destacando o facto de ser o único no Concelho que tem relógio de sol. Informou ainda que a atual Junta de Freguesia já encetou conversações com o Senhor Pároco da Freguesia para definir a estratégia de intervenção, e que a Câmara irá assumir as despesas com a requalificação do "Cruzeiro". ----------

----- O Senhor Presidente da Câmara congratulou-se pelo reconhecimento a nível nacional da "Quercus", que tem andado por vários Municípios a plantar lotes de mil árvores, salientando que foram oferecidas ao Município de Santa Marta de Penaguião sete mil castanheiros que ficarão localizados nos Baldios da Povoa da Serra, com a vantagem de que todas as mais-valias de plantação serão para o Conselho Diretivo dos Baldios, em que o Município e a "Quercus" abdicam de quaisquer mais-valias que advenham dessa plantação. ----------

----- O Senhor Presidente destacou o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na gestão das faixas de combustível, relativamente aos pontos de água de Justos e do Marão, informou que foi submetida, com sucesso, uma candidatura para a sua recuperação. Encontravam-se deteriorados há cerca de dez anos e, pensa que serão recuperados já para este verão. -------

----- Por último, quanto ao largo de Fontes, o Senhor Presidente explicou que devido a um problema com o "PT", a obra atrasou-se em dois a três meses, para além disso o empreiteiro que fez a demolição dos dois imóveis tinha alguns compromissos em agenda, contudo indicou que no mês de março as obras vão iniciar-se, prevendo três meses para a sua conclusão. ---

----- **Deliberação: Tomado Conhecimento.**----------

----- **2.2** – Aprovar o projeto de revisão do regimento da Assembleia Municipal (alínea a), n.º 1, artigo 26.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). ----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia, aproveitou para expressar o seu reconhecimento e agradecimento aos Membros da Assembleia que participaram neste trabalho de revisão, nomeadamente, o Senhor Deputado Paulo Prior, a Senhora Deputada Paula Gouveia e a Senhora Deputada Inês Rebelo. ----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção, foi o assunto colocado a votação. ----------

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade.**----------

----- **2.3** – Deliberação sobre a adesão do Município como associado da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago (alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). ----------

----- Presente a proposta da Câmara Municipal de adesão como associado da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, com o seguinte teor: ----------

----- *"A Federação Portuguesa do Caminho de Santiago é uma associação de carácter cultural sem fins lucrativos que tem como objetivo a promoção, divulgação, organização e gestão dos Caminhos de Santiago em território nacional. O crescente número de peregrinos nos Caminhos de Santigo é uma realidade, sendo que no ano de 2017, segundo a Oficina do Peregrino, mais de 300.000 utilizadores fizeram os Caminhos Esta Federação pretende ser*

um local de reflexão e debate para o desenvolvimento de produtos e serviços adequados às necessidades dos seus membros, ou de outros parceiros, interessados na temática dos Caminhos de Santiago. Tem objeto esta Federação, conceber um trabalho que passa por um conjunto de melhorias em torno do caminho de Santiago, havendo a possibilidade da promoção de candidaturas a Fundos Europeus, bem como a outros Fundos Nacionais e Internacionais. ----------

----- *Faz todo o sentido que o nosso Município faça parte desta federação, uma vez que é local de passagem do Caminho Português Interior de Santiago, contribuindo para este com um albergue, em Bertelo, desta feita, proponho ao executivo municipal que autorize a entrada deste Município na referida Federação."*----------

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 16 de janeiro de 2018. ----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, não se registando pedidos de intervenção, foi o assunto colocado a votação. ----------

----- Deliberação: Aprovado, por unanimidade.----------

----- 2.4 – Discutir o Relatório de Avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição (alínea h), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

----- Presente proposta da Câmara Municipal, sobre o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, com o seguinte teor: ----------

----- *"Presente à reunião Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição – 2017, para conhecimento do Executivo Municipal, em cumprimento do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio, o qual fica a fazer parte integrante da presente ata."* ----------

----- A presente proposta foi apresentada na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 20 de fevereiro de 2018. ----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, solicitando a palavra o Senhor Deputado Jóni Madureira, que disse o seguinte: ----------

----- *"O Grupo Municipal do PPD/PSD, quanto a este ponto, vem pronunciar-se nos termos seguintes:* ----------

----- *A Lei n.º 24/98, de 26 de maio veio, para além de consagrar legalmente este direito constitucional, estabelecer os direitos que concretamente a oposição possui, definindo oposição relativamente às autarquias locais como a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos executivos das autarquias locais, sendo titulares deste direito, além de outros, os partidos políticos e os Vereadores sem pelouros.* ----------

----- *A simples leitura das atas do executivo, desde outubro de 2017, permite-nos facilmente concluir que o Sr. Presidente da Câmara Municipal ignora que os Vereadores sem pelouro são titulares deste direito e, além disso, ao não prestar quaisquer esclarecimentos a inúmeras informações solicitadas pelo Vereador do PPD/PSD, viola grosseiramente este direito*". -------

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o mesmo tomado conhecimento. ----------

----- Deliberação: Tomado Conhecimento.----------

----- 2.5 – Deliberar sobre a integração do município, como membro fundador, na Associação CEPAD – Centro de Estudo e Promoção do Azeite do douro (alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). ----------

----- Presente a proposta da Câmara Municipal de Integração do Município como membro Fundador do CEPAD – Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Douro, com o seguinte teor: ----------

----- *"A Câmara Municipal de Tabuaço está a promover a criação do CEPAD – Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Douro, associação de direito privado sem fins lucrativos, sediada naquele concelho, que visa promover o azeite regional e reconhecê-lo como produto de Denominação de Origem Protegida (DOP) ou Indicação Geográfica Protegida (IGP).* ------

----- *Esta Associação que junta autarquias, cooperativas e empresas, visa, ainda, a diferenciação do Douro na produção de azeites de qualidade e a sua afirmação como produto de excelência, beneficiando pequenos e grandes produtores de um dos produtos característico do Douro.* ----------

----- *Após a conclusão da sua constituição, a ação no terreno para a necessária caracterização do azeite conta com o apoio de uma equipa técnica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e do Instituto Politécnico de Bragança.* ----------

----- *Pretende este Município integrar aquela Associação pelo que de acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o Capítulo V, sob a epígrafe "Outras participações" que regula, também, as associações de direito privado sem fins lucrativos (artigo 59.º) define que os entes constituídos ou participados pelos municípios devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se no âmbito das suas atribuições. (n.º 1 do artigo 56.º).* ----------

----- *De referir que decorrente da supra mencionada legislação que compete à Assembleia Municipal, sob proposta do órgão executivo, decidir sob a integração nesse tipo de entidades, devendo a deliberação assentar numa fundamentação que integre os pressupostos justificativos do relevante interesse público local, em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as*

autarquias locais e para as entidades intermunicipais, bem como o regime jurídico do associativismo autárquico. ----------

----- *A participação no CEPAD – Cento de Estudos e Promoção do Azeite do Douro – Associação, por parte do Município de Santa Marta de Penaguião enquadra-se nas suas atribuições, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, designadamente no que diz respeito às alíneas e) e m) do n.º 2 do artigo 23.º, conjugado com o prescrito na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto.* ----------

----- *Por outro lado, a constituição ou a participação em associações de direito privado sem fins lucrativos nas quais integrem os municípios estão sujeitas ao visto prévio do Tribunal de Contas, independentemente do valor associado ao ato (n.º 2, do artigo 56.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto).* ----------

----- *De referir também que o artigo 54.º, aplicado por força do n.º 3 do artigo 56.º, ambos do Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, realça a sujeição prévia do Tribunal de Contas, independentemente do valor associado, bem como a obrigação de comunicação, por parte do Município, à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral das Autarquias Locais, no prazo de 15 dias, após a sua constituição.* ----------

----- *Neste sentido, submete-se a presente proposta à consideração do Executivo Municipal no sentido de deliberar:* ----------

----- *a) Aprovar, sob a forma de proposta nos termos da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, a participação do Município no CEPAD – Cento de Estudos e Promoção do Azeite do Douro, Associação;*

----- *b) Submeter a referida proposta, em caso de aprovação, à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos conjugados da al.ª n) do n.º 1 do artigo 25.º do referido Anexo I, e dos artigos 53.º, a 56.º e 59.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, na sua redação atual."* ----------

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 20 de fevereiro de 2018. ----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, solicitando a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, que disse o seguinte: ----------

----- *"Sobre este Ponto vou adiantando que o Grupo Municipal do PPD/PSD votará a favor.* --

----- *No entanto o mesmo permite-me enquadrar isto num outro assunto, também de interesse Municipal, onde vou realçar três factos, e solicitar um esclarecimento ao Senhor Presidente de Câmara.* ----------

----- *Um dos factos é que o Concelho de Santa Marta de Penaguião já teve, se não estou em erro, seis lagares de azeite, distribuídos entre Cumieira e São João de Lobrigos, também todos nós sabemos que estamos perante uma atividade privada que nos últimos anos foi sujeita a inúmeras adaptações muitas delas dispendiosas e que os titulares desses lagares de azeite, ao custo que essas adaptações implicavam, decidiram fechar.* ----------

----- *Mas também não podemos deixar de referir que o Partido Socialista já se encontra no poder há mais de trinta anos e não é conhecida qualquer política de promoção relativamente à cultura do azeite, também não podemos deixar de dizer que tem a sua responsabilidade do ponto de vista política, por deixar totalmente ao abandono os lagares de azeite em Santa Marta de Penaguião.* ----------

----- *O segundo facto, também dizer e reconhecer, que este Executivo tem mostrado alguma preocupação, embora os resultados não sejam visíveis, mas politicamente nota-se essa preocupação, quer na promoção da vinha quer na promoção do azeite.* ----------

----- *E isto para solicitar um esclarecimento a Vossa Excelência, que vai neste ponto.* ----------

----- *Eu ouvi com muita atenção o seu discurso na "Tomada de Posse", e vou dizer mais ou menos as suas palavras que iam neste sentido, ou seja, que os agricultores em Santa Marta*

de Penaguião têm que parar para pensar e saberem aquilo que querem para o futuro, e até utilizou, se não estou em erro, que era um desejo do Executivo ver a marca Santa Marta com o vinho e o azeite associados. ----------

----- *Resulta daí, presumo eu que o Senhor Presidente de Câmara tem um pensamento estruturado relativamente ao futuro da vinha e do azeite no Concelho de Santa Marta de Penaguião, ou seja, face as palavras eu tenho que fazer essa presunção. Por isso, o que eu gostava de saber era se podia também facultar à Assembleia esse seu pensamento, qual considera o melhor caminho relativamente ao Concelho de Santa Marta de Penaguião, para os agricultores, para o seu futuro a nível da promoção da vinha e do azeite e, obviamente, depois com o seu retorno económico".* ----------

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que agradeceu ao Senhor Deputado Paulo Prior pela oportunidade de finalmente estar a discutir política. ----------

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que, já há quase dezoito anos, durante a "Semana Cultural" do ano de dois mil, disse à então Direção das Caves Santa Marta, que deveriam adaptar a adega da Cumieira par um lagar de azeite e a de Medrões para uma fábrica de transformação de castanha e com a mesma marca ter os três produtos, com um equilíbrio entre elas, em função das novidades de cada produto. ----------

----- No que concerne ao vinho, o Senhor Presidente demonstrou ter uma posição contrária à posição da Direção das Caves de Santa Marta, corroborando a sua posição com a que foi escrita em mil setecentos e cinquenta e seis, afirmando que já nessa altura havia essa preocupação, e que chegaram à conclusão que em vez de aumentar a quantidade produzida, deviam limitá-la e aumentar o preço. Contudo, lamenta que se esteja a fazer exatamente o oposto, indo procurar fora quando não se tem. ----------

----- O Senhor Presidente da Câmara demarcou bem qual a sua posição em relação às Caves Santa Marta, que passa por não aumentar a produção e vender pelo dobro, criando assim

mais-valias, e se assim for a Câmara Municipal estará totalmente disponível para reunir e discutir opções, pois, com o trabalho que foi realizado de promoção do Município de Santa Marta de Penaguião, diz restar-lhe poucas dúvidas do sucesso e da criação de riqueza para os produtores. ----------

----- Relativamente ao azeite indicou duas alternativas, ou parte de iniciativa privada, compram a azeitona e produzem com a marca Santa Marta ou se associam às Caves Santa Marta, acolhem a produção dos associados e promovem o azeite. Desta forma as instituições responsáveis, se assim entenderem poderão contar com a colaboração da Câmara Municipal.

----- Quanto aos lagares de azeite, muitos foram abandonados sobretudo devido à legislação dos últimos anos e à falta de capacidade dos proprietários em suportarem essas alterações.

----- Expôs, também, a necessidade de cativar os produtores que migraram para outros lagares de azeite, sendo muito mais difícil para um particular os cativar. Todavia, se for através do cooperativismo das Caves Santa Marta, com os seus associados será muito mais fácil, e adiantou que a Câmara Municipal, outrora, comprometeu-se a fazer uma estação de pré-tratamento caso se realizasse a pretensão de construir um lagar de azeite na Zona Oficinal, indicando ser este o caminho a seguir, um caminho que deverá ser construído numa estratégia de região, pela valorização do azeite do Douro, sendo este um potencial económico que não é de desprezar, juntamente com a castanha. ----------

----- Neste sentido, apontou o caminho que deverá ser seguido e que passará pela limitação da produção como sendo a principal forma de criação de riqueza, ou seja os durienses, culturalmente, terão de travar a entrada de vinhos de outras regiões. ----------

----- Finalizou, congratulando-se com a pertinência da discussão, deixando o repto para que se promova mais debate, mesmo que de forma mais genérica, ao nível da Assembleia Municipal. ----------

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, antes de submeter o assunto a votação, expressou o seu agrado pelo repto lançado pelo Senhor Presidente da Câmara, afirmando que tudo será feito para levar a efeito essa discussão no seio da Assembleia Municipal. ----------

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o mesmo colocado a votação. ----------

----- DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade. ----------

----- 2.6 – Deliberar sobre a 1.ª revisão do Plano Plurianual de Investimentos – 2018 (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). ----------

----- Presente a proposta da Câmara Municipal, sobra a 1.ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos, com o seguinte teor: ----------

----- *"O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, estabelece o regime dos documentos previsionais, designadamente quanto às regras relativas às modificações do Orçamento constantes no ponto 8.3.1., as quais compreendem as figuras de alteração e revisão.* ---------

----- *De acordo com o n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, na sua redação atual, o Município na qualidade de entidade responsável pela rede viária municipal está obrigado em providenciar pela criação e manutenção da descontinuidade horizontal e vertical da carga combustível, através da modificação ou remoção parcial da biomassa vegetal, nomeadamente por pastoreio, corte e ou remoção, numa faixa lateral de terreno confinante numa largura não inferior a 10 metros.* ----------

----- *Por outro lado, em conformidade com o n.º 2 do mencionado artigo, os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidade que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a edifícios inseridos em espaços rurais, são obrigados a proceder à realização dos trabalhos*

de gestão de combustível, numa faixa que varia entre 10 e 50 metros, nos termos definidos naquele diploma, os quais devem decorrer até 15 de Março do corrente ano, conforme n.º 1 do artigo 153.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de Dezembro (LOE2018), sendo que, em caso de incumprimento, a Câmara Municipal deverá realizar esses trabalhos, desencadeando os mecanismos necessários ao ressarcimento da despesa efetuada, de acordo com o n.º 5 do mesmo artigo, em conjugação com os n.ºs 3, 9 e 10 do artigo 153.º da LOE2018. ----------

----- *Ora, considerando que do Plano Plurianual de Investimentos para o corrente ano, não consta o projeto/ação a realizar no âmbito deste objetivo, assim como a respetiva previsão de despesa e atendendo aos prazos limitados na concretização dos trabalhos a levar a cabo no cumprimento das disposições legais referidas, importa, por isso, proceder à adequada modificação daquele documento, incluindo no mesmo o respetivo projeto, a qual consubstancia uma revisão.* ----------

----- *Assim, propõe-se que de acordo com os pontos 8.3.2.2. do POCAL:* ----------

----- *1 - A Câmara Municipal aprove nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a 1.ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos conforme documento anexo;* ----------

----- *2 – Que a mesma seja submetida, sob a forma de proposta, à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da competência que lhe está conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da mencionada Lei."* ----------

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião de Câmara Municipal realizada no dia 20 de fevereiro de 2018. ----------

----- O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de apreciação, análise e discussão por parte dos Senhores Deputados Municipais, Solicitou a palavra a Senhora Deputada Ivete Moreiras que leu a Declaração de Voto, transcrita na Deliberação, deste ponto.

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Cesário Canário que disse que o assunto não se enquadrava no ponto de ordem em discussão, no entanto acrescentou que se as circunstâncias resultam da Lei, desresponsabiliza o Município. ----------

----- Referiu ainda sentir alguma dificuldade em interpretar a forma como se dirigiu e o modo como foram proferidas as palavras da Senhora Deputada, afirmando que o Executivo ao entregar os postais de boas festas está também a observar "in loco" as necessidades existentes. ----------

----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Paulo Prior, que proferiu as seguintes palavras: -

----- *"Só para responder ao senhor Deputado Cesário, que disse que a intervenção da Senhora Deputada Ivete não se enquadrava neste ponto.* ----------

----- *Senhor Deputado isto é uma revisão que é feita do Plano sobre esta matéria, ou seja, está a ser feita uma revisão no plano exclusivamente por causa desta matéria, por isso, a Deputada Ivete e muito bem, falou deste assunto neste ponto, ou seja é a primeira vez, mas teve uma boa intervenção e o Senhor Deputado em tantos anos ainda não percebeu que a discussão está no ponto de votação."* ----------

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclarecendo que a revisão pretende acolher a questão da prevenção dos incêndios, assim como todas as intenções, atividades e projetos ao nível da Proteção Civil e têm acolhimento no Plano de Atividades Municipal. No entanto, por sugestão do Senhor Chefe de Divisão, entendeu-se passar para o PPI – Plano Plurianual de Investimento, conferindo uma maior flexibilidade financeira. ---------

----- Relativamente à reflorestação do Marão, o Senhor Presidente afirma que serão plantadas sete mil árvores nos baldios da Póvoa, sendo um projeto do Município juntamente com a Quercus que renunciaram essas mais-valias. ----------

----- Quanto ao Plano da Defesa da Floresta Contra Incêndios, recorda que a Senhora Deputada podia ter dito o porquê do Plano ainda não estar aprovado, porque participou das

reuniões mas votou favoravelmente. Informou que ainda não se estão a realizar os trabalhos porque, apesar da Lei ter saído a vinte e nove de dezembro, os mecanismos da Câmara foram aprovados em novembro, no entanto se tivessem começado a limpar em janeiro, havia a necessidade de voltar devido à alteração de quatro para dez metros, além disso mencionou a necessidade de empresas para realizarem o trabalho. ----------

----- O Senhor Presidente expôs que após uma reunião com o Senhor Ministro Eduardo Cabrita da Administração Interna, este lhe garantiu que o Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, com o parecer favorável do ICNF ficava aprovado, sem discussão pública, e sem a aprovação da Assembleia Municipal e que o Senhor Secretário de Estado disse, também, na CIM-Comunidade Intermunicipal do Douro, que iam abolir a discussão pública e a intervenção da Assembleia para o processo ser mais célere. No entanto, a representante do ICNF não concordou, remetendo para discussão pública e para aprovação da Assembleia Municipal. ----------

----- Em relação aos aglomerados que estão identificados no Plano, terão a distância de cem metros, mas se o Plano não for aprovado, há o risco de abater árvores desnecessárias, além disso há também o problema dos cadastros, sendo difícil em alguns casos identificar os proprietários. ----------

----- Solicitou a palavra a Senhora Deputada Ivete Moreiras, que proferiu as seguintes palavras: ----------

----- *"Senhor Presidente, relativamente às árvores do Marão a plantação não é só possível porque a Câmara e a Quercus propôs, mas também porque nós (Póvoa da Serra) aceitamos, não é só porque a Câmara prescinde das mais-valias, mas sim porque nós aceitamos.* --------

----- *Relativamente ao Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, eu posso dizer meias verdades mas o Senhor Presidente diz um terço da verdade, porque tivemos aqui uma reunião e já foi a terceira reunião que fizemos para aprovação e não foi aprovado*

precisamente porque a Câmara faz sempre Planos de acordo com Leis que já foram revogadas, daí não ter sido aprovado e daí o ICNF também não poder aprovar. ----------

----- *Foi aprovado com a condição de a Câmara Municipal fazer as devidas alterações, recomendadas pelo ICNF, portanto não ficou já aprovado por unanimidade.* ----------

----- *Relativamente à questão das limpezas gostaria de relembrar que a Lei é de dois mil e seis, não é uma Lei que saiu agora, apenas limitaram o tempo e portanto deixa de ser até maio e passa a ser até quinze de março, mas a Lei já é de dois mil e seis, portanto já sabem muito bem quanto às limpezas, relativamente aos aglomerados populacionais que o Senhor Presidente referiu no Plano, agora as limpezas são de cinquenta metros, com o Plano aprovado são de cem metros, portanto não há abate desnecessário, o que poderá é ser necessário um abate superior depois do Plano ser aprovado."* ----------

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal e lembrou que a responsabilidade da aprovação dos Planos é de todos que a aprovaram e assim sendo se a aprovação foi feita com base numa lei revogada, a Senhora Deputada terá a sua responsabilidade. ----------

----- O Senhor Presidente da Câmara questionou a Senhora Deputada Ivete Moreiras, sobre a razão do Conselho Diretivo dos Baldios, informado desde dois mil e seis, só terem feito o abate em dois mil e dezasseis, e, em relação ao Plano, são previstos cem metros, sendo Justos, Paradela, Póvoa da Serra, Soutelo, Fiolhais, Barreiro, Carvalhais e Covo. No entanto se o Barreiro não fosse considerado como aglomerado em Assembleia, passaria de cem para cinquenta metros. ----------

----- Solicitou a palavra a Senhor Deputado Paulo Prior, que proferiu as seguintes palavras: -

----- *"Desde já alerto o Senhor Deputado Cesário Canário quanto à pertinência do assunto, mas quem vai falar é o cidadão comum, ouvi a Dr.ª Ivete, ouvi o Senhor Presidente da Câmara, não tenho a informação que existe na Câmara Municipal. Nós nunca vamos usar isto como*

arma de arremesso político sabemos bem quais são as nossas responsabilidades, mas isso não impede de demonstrar a nossa preocupação, e eu depois de ouvir a Dr.ª Ivete e de ouvir o Senhor Presidente da Câmara fiquei muito mais preocupado. ----------

----- *O governo empurra para as Câmaras Municipais, e as Câmaras Municipais, nenhuma, anda a fazer absolutamente nada, ou andam a fazer muito pouco.* ----------

----- *Estou plenamente convencido, com esta articulação que existe hoje, se temos um verão com as condições semelhantes ao ano transato, este país está totalmente exposto a novas tragédias e isso é que efetivamente me preocupa."* ----------

----- Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que relativamente ao arremesso da arma política destacou a intervenção da Senhora Deputada Ivete Moreiras, quando refere a questão da televisão e da visita de Natal durante um assunto tão delicado, afirmando que não se pode fazer em meio ano o que não se fez em quarenta. ----------

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, antes de submeter o assunto a votação, lembrou que haverá nova oportunidade para aprofundar este tema quando o Plano for apreciado na Assembleia Municipal. ----------

----- DELIBERAÇÃO: Aprovado, por unanimidade. O Grupo Municipal do PPD/PSD, apresentou a seguinte Declaração de Voto: ----------

----- ***Declaração de Voto*** ----------

----- *O PPD/PSD não pode deixar passar em branco o assunto mais badalado do momento – As limpezas dos terrenos e o tão curto espaço de tempo para o fazer.* ----------

----- *Desde Outubro de 2017 que assistimos a ameaças constantes de que iriam ser tomadas medidas.* ----------

----- *Desde a tragédia que ocorreu no centro do país que o Governo estava ansioso para empurrar responsabilidades, e para não variar, quem leva por tabela, quem é prejudicado, é*

o pequeno, é o agricultor que não consegue tirar rendimento suficiente dos terrenos e que muitas vezes nem os próprios terrenos valem aquilo que gastam em limpeza. ----------

----- *Desde finais de Dezembro de 2017 que se sabe que os particulares têm de limpar os terrenos até 15 de Março.* ----------

----- *O que fez este executivo para avisar a população?* ----------

----- *Onde andou o executivo durante o mês de janeiro?* ----------

----- *Apenas a 9 de fevereiro foram colocados editais em papel, que rapidamente se desfizeram com a chuva, a alertar quem tivesse terrenos junto à estrada para se dirigir à Câmara.* ----------

----- *Então e Junto às casas?* ----------

----- *Mas a responsabilidade dos particulares não é a limpeza junto às casas?* ----------

----- *Afinal, este executivo parece estar unicamente preocupado em alertar a população quanto à limpeza que é da sua responsabilidade!* ----------

----- *E agora questiono, esta foi a medida mais eficaz que este executivo encontrou para alertar a população?* ----------

----- *Porque não foi o executivo porta a porta alertar a população durante o mês de janeiro?* -

----- *Deixem-me adivinhar, não tiveram tempo…* ----------

----- *Eu diria que é uma questão de prioridades, e para este executivo, a prevenção contra incêndios não é uma prioridade, ou não estaria o PMDFCI para aprovação desde 2016, ou o plano de emergência para aprovação há mais de 5 anos.* ----------

----- *A prioridade deste executivo é a entrega de postais de Natal porta a porta durante um mês.* ----------

----- *A prioridade deste executivo é dar entrevistas com promessas ocas.* ----------

----- *A prioridade deste executivo é prometer tudo em vésperas de eleições.* ----------

----- *Pelo que, o PPD/PSD convida o executivo a rever, urgentemente, as suas prioridades.*--

----- **2.7** – Deliberar sobre a alteração ao Mapa de Pessoal 2018 (alínea o), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a (alínea a) do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e o n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. ----------

----- Presente a proposta da Câmara Municipal de Alteração do Mapa de Pessoal para 2018, com o seguinte teor: ----------

----- *"A Lei n.º 112//2017, de 29 de Dezembro veio estabelecer o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades permanentes, sem vínculo adequado, entre outras entidades, nas autarquias locais.* ----------

----- *O programa de regularização extraordinária abrange as pessoas que exerçam ou tenham exercido funções correspondentes ao conteúdo funcional de carreiras gerais, ou especiais e que satisfaçam necessidades permanentes dos órgãos ou serviços, com sujeição ao poder hierárquico, de disciplina e de direção, e horário completo, sem o adequado vínculo jurídico:*

----- *i) No período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, ou parte dele, e durante pelo menos 1 ano à data do início do procedimento concursal de regularização;* ----------

----- *ii) Nos casos de exercício de funções no período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, ao abrigo de contratos de emprego-inserção, contratos de emprego-inserção+, as que tenham exercido as mesmas funções, durante algum tempo nos três últimos anos anteriores à data do início do procedimento concursal de regularização;* ----------

----- *iii) Nos casos de exercício de funções ao abrigo de contratos de estágio celebrados com a exclusiva finalidade de suprir a carência de recursos humanos essenciais para satisfação de necessidades permanentes, durante algum tempo nos três anos anteriores à data do início do procedimento concursal de regularização.* ----------